



Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Ciências Sociais (ICS)
Departamento de Sociologia

VÍVIAN CAROLINA DO CARMO SANTOS

JUVENTUDE E POLÍTICA:
Jornadas de junho e manifestações em Brasília

Brasília - DF
2015

VÍVIAN CAROLINA DO CARMO SANTOS

JUVENTUDE E POLÍTICA:
Jornadas de junho e manifestações em Brasília

Monografia apresentada à banca examinadora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Sociologia, habilitação do curso de Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Francisca Pinheiro Coelho

Brasília – DF
2015

Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Ciências Sociais (ICS)
Departamento de Sociologia
Bacharelado em Sociologia

Banca examinadora composta por:

Profa. Dra. Maria Francisca Pinheiro Coelho (Orientadora)
Profa. Dra. Ana Cristina Murta Collares (Membro)

S237j

SANTOS, Vivian Carolina do Carmo.

Juventude e política: jornadas de junho e manifestações em Brasília /
Vivian Carolina do Carmo Santos.
47 f.

Monografia (Bacharelado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

“Orientação: Profa. Dra. Maria Francisca Pinheiro Coelho”.

1. Manifestações. 2. Movimentos sociais. 3. Redes sociais. 4. Tipos de
violência. 5. Pesquisas na Universidade de Brasília. 6. Jornadas de Junho. I.
Título.

DEDICATÓRIA

A todos que, assim como eu, vivem na inquietude da curiosidade quanto às relações sociais, para que saibamos fazer as interpretações adequadas.

AGRADECIMENTOS

À minha família – meu pai, minha mãe e minha irmã – que sempre me apoiou em minhas escolhas e me deu forças. E aos amigos e namorado, que souberam dar os conselhos certos, nas horas certas.

RESUMO

No ano de 2013 aconteceu a maior mobilização da população brasileira dos últimos 20 anos. O ano pré-Copa e pré-eleições foi o estopim para a ação de uma população indignada e engasgada, que se uniu por meio das redes sociais para ganhar força e ocupar o espaço público das cidades e periferias do país. As pessoas, principalmente jovens, foram às ruas sem pautas pré-definidas. Nessas manifestações ficou evidente o descontentamento do cidadão com as instituições políticas. Em um determinado momento das mobilizações, o espaço público foi ocupado por cenas de violência protagonizadas pela polícia e por grupos de manifestantes. Nessa monografia foram analisadas, em particular, as mobilizações em Brasília, com base em notícias da mídia, estudos e análises sobre as Jornadas de Junho e em duas pesquisas realizadas com estudantes da Universidade de Brasília, visando averiguar o nível de sua participação, suas motivações e percepções. Nesse cenário, considerou-se também a experiência realizada com um grupo focal, com estudantes da UnB, sobre esse mesmo tema.

Palavras-chave: Manifestações. Movimentos sociais. Redes sociais. Tipos de violência. Pesquisas na Universidade de Brasília. Jornadas de Junho.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – <i>Black Bloc</i> e a violência performática	29
Figura 2 – Máscara adotada pelos <i>Anonymous</i>	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participantes das Jornadas, por motivo da participação, em porcentagem.....	36
Gráfico 2 – Concordância com a depredação: Patrimônios Públicos e Patrimônios privados, por tipo de orientação	37
Gráfico 3 – Percentual de participação nas manifestações por tipo de grupo..	38
Gráfico 4 – O que é democracia para você?	40
Gráfico 5 – Democracia x Autoritarismo	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
1.1	DEFINIÇÃO DO OBJETO	8
1.2	FONTES	10
1.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	11
2	O CONTEXTO DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013	14
2.1	PANORAMA POLÍTICO NACIONAL	15
2.2	O INÍCIO DAS MANIFESTAÇÕES	17
3	PERSPECTIVAS ACERCA DAS MANIFESTAÇÕES	19
3.1	MOTIVAÇÕES.....	19
3.2	A PRÁTICA DA VIOLÊNCIA NAS MANIFESTAÇÕES.....	20
3.2.1	A violência em Brasília	21
3.3	A CONTRIBUIÇÃO DAS REDES SOCIAIS.....	23
4	ANÁLISE	25
4.1	GRUPO FOCAL.....	25
4.1.1	Black Blocs.....	28
4.1.2	A violência estatal.....	30
4.2	AS REDES SOCIAIS	32
4.3	REPERCUSSÃO MUNDIAL E O <i>ANONYMOUS</i>	33
4.3.1	Perspectiva de alunos da Universidade de Brasília.....	34
4.3.1.1	As Pesquisas na Universidade de Brasília	35
4.3.1.2	Pesquisa: “Jovens e polícia nas jornadas de junho de 2013” de Coelho e Collares (2015).....	35
4.3.1.3	Pesquisa: “O paradoxo da democracia: a participação política dos alunos da Universidade de Brasília” de Guimaraes (2015)	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

Durante as manifestações de junho de 2013 no Brasil, conhecidas como as “Jornadas de Junho”, ocorreram, em determinados momentos, ações de enfrentamento entre policiais e manifestantes, sendo que aconteceram vários tipos de violência física e simbólica durante essas manifestações. Estima-se que, somente no dia de maior participação nas manifestações – isto é, na quinta-feira, dia 20 de junho –, em todo o país, foram às ruas mais de 1,25 milhões de pessoas, em mais de 100 cidades brasileiras (UOL, 2013), sejam elas cidades grandes, médias ou pequenas, nos centros e nas periferias, tendo como protagonista dos protestos o público jovem, entre 14 e 24 anos, composta de estudantes do ensino médio e universitários. Em Brasília não foi diferente: a capital federal também participou massivamente ao longo das manifestações, com cenas em palcos simbólicos da política brasileira, como a rampa do Congresso Nacional e o Palácio do Itamaraty.

Este projeto pretende analisar essas manifestações, contextualizando a partir das manifestações que aconteciam no país inteiro e, depois, dando foco em Brasília, no período da segunda quinzena de junho de 2013. Período em que as mobilizações se intensificaram, seja no sentido do volume de manifestantes, seja no sentido dos sentimentos aflorados pelas diversas pautas reivindicatórias. Em caráter essencialmente qualitativo, toda metodologia do trabalho é voltada a explorar as perspectivas que permearam as ações dos manifestantes, explicitando seus aspectos subjetivos para que possam ser feitas interpretações acerca do que aconteceu ao longo das Jornadas de Junho de 2013.

Nas expressões da violência temos o exemplo da instituição policial dispersando os manifestantes com gás lacrimogêneo e ações truculentas, fazendo uso de seus cassetetes ao impor força física sob outras pessoas. Não havia preocupação se se tratavam de crianças ou pessoas mais velhas que exerciam seu direito constitucional de se manifestarem publicamente. Por outro lado, alguns grupos de manifestantes também usaram da violência em relação a prédios públicos e propriedades privadas.

No primeiro momento, a cobertura depreciativa da mídia em relação às manifestações parecia desfavorável às manifestações. Cobertura essa que depois recuou quando as manifestações se ampliaram e ganharam o reconhecimento da opinião pública. Como foi dito, grupos de jovens também exerceram violência física por meio de depredações de prédios públicos, a exemplo do prédio do Itamaraty que chegou a ser invadido e atacado por manifestantes que atiraram coquetel molotov – arma química incendiária, frequentemente utilizada em manifestações e protestos. Alguns manifestantes também responderam à violência policial com apedrejamento aos agentes policiais. Os policiais, em geral, estavam fardados, mas não utilizavam a identificação que vai junto ao peito, com seus respectivos nomes. Enfim, o que se observa é a relação entre a violência física e estatal, sendo que, por vezes, uma foi usada para responder à outra.

As jornadas de junho conseguiram reunir boa parte da população brasileira, como não se via há mais de duas décadas: as mobilizações chegaram a ser comparadas com as “Diretas já” (1984) e ao Impeachment de Collor (1992). Contudo, o cenário que levou a essas manifestações é diferente daqueles tempos, pois, as formas de comunicação estão cada vez mais dinâmicas, se inovando frequentemente. Com isso, nota-se uma correspondência diferente e ampla na circulação da informação.

Depois das mobilizações, os ânimos se acalmaram, mas a chama que motivou o protesto não cessou. O que se pode ver ainda hoje é uma população politicamente ativa, que emite opinião e expressa os sentimentos intensamente. Nas redes sociais ou nas mesas de bares, as pessoas têm debatido sobre futebol, ainda, mas, cada vez mais, sobre seus representantes e suas próprias posições políticas.

As manifestações de junho de 2013 demonstraram que a população brasileira se uniu devido à indignação perante o descaso por parte de seus representantes políticos em relação aos problemas sociais e políticos. Diante desse sentimento mútuo da população, aumentou o interesse por mudanças, garantia de direitos e reforma política. Em conjunto, aumentaram discussões e reflexões acerca da maneira que os indivíduos lutam pelos seus direitos.

O interesse particular na temática das Jornadas de Junho em Brasília deve-se a experiência em uma das manifestações mais emblemáticas que a autora deste trabalho esteve presente: o ataque ao prédio do Itamaraty. Essa manifestação aconteceu dois dias depois da simbólica invasão ao Congresso Nacional por

manifestantes. Ambas as manifestações carregam riquezas em suas simbologias e forte representação nacional. Trata-se de dois prédios públicos, que têm como função representar os cidadãos nacional e internacionalmente. No dia em que o Palácio do Itamaraty se tornou alvo, o povo havia sido impedido de avançar: ao se dirigirem rumo ao Congresso Nacional – possivelmente para tentarem subir novamente a rampa, como se vira naquela mesma semana– a polícia desviou os participantes da manifestação. Dessa forma, enquanto a maioria dos manifestantes se contentou em ficar ocupando o gramado em frente ao Congresso, um grupo se direcionou ao Palácio do Itamaraty. O prédio, que fica logo ao lado do Congresso, se tornou alvo de depredações quando manifestantes atiravam coquetel molotov, pulavam no lago artificial e, até mesmo, escalaram a obra de arte que fica em frente ao prédio, dentro do lago.

São acontecimentos recentes e, portanto, ainda vivenciamos suas consequências. Refletir sobre as implicações políticas que envolvem a temática das manifestações de junho de 2013, e em particular em Brasília, se faz ainda mais necessário, principalmente se considerarmos a carência ainda de artigos e bibliografias de modo geral sobre o assunto.

1.2 FONTES

Para realizar a pesquisa foram usados artigos de diversos jornais, a fim de fornecer dados em relação aos fatos das manifestações: número de manifestantes que foram às ruas, diferenciar o que a maioria fez e o que alguns fizeram durante os atos, quantos foram detidos pela polícia e os motivos. Também foram utilizadas as entrevistas realizadas durante as mobilizações nacionais, que serviram para que fosse possível ter ideia do que se passava nas intenções de alguns manifestantes.

Um documentário, produzido pelo TV Folha, também foi aproveitado para analisar a situação como um todo, sob a perspectiva de historiadores – nacionais e internacionais –, filósofos, jornalistas, sociólogos e manifestantes. O documentário, intitulado de *Junho, o mês que abalou o Brasil*, apresentou imagens das manifestações, num conjunto contextual e narrativo, resumindo as manifestações, suas motivações, suas conquistas imediatas, etc.

Ao dar o foco em Brasília, foram analisadas as situações mais marcantes das manifestações de junho de 2013, na capital, como dito, quando os manifestantes

subiram a rampa do Congresso Nacional e quando um grupo depredou o Palácio do Itamaraty. Além disso, duas pesquisas que foram realizadas na Universidade de Brasília (UnB), por professoras do Departamento de Sociologia, para estudar o entendimento dos universitários em relação às manifestações, sua perspectiva política e o que os motivou (ou não) a participarem das manifestações, haja vista que o público nas Jornadas de Junho era majoritariamente jovem. Foi analisado, também, um grupo focal com estudantes da Universidade de Brasília, especificamente dos cursos de Ciências Sociais e Ciências Econômicas.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como mencionado, este trabalho teve como base as notícias publicadas em diferentes mídias jornalísticas a respeito das manifestações de 2013 disponíveis na internet. Esses veículos de informação cobriram os atos por meio da mídia oral e escrita, tradicional e alternativa. A finalidade de utilizar essas mídias teve como objetivo apresentar os fatos, contextualizá-los e inseri-los nessa temática das mobilizações de junho de 2013 e as ações de violência.

Também como referido, foram tomadas como fonte de estudo duas pesquisas realizadas, por professoras do Departamento de Sociologia da UnB, com a mesma temática. A primeira denominada *Jovens e polícia nas jornadas de junho de 2013*, Coelho e Collares (2015). E a segunda *O paradoxo da democracia: a participação política dos alunos da Universidade de Brasília* de Messemberg (2015).

A pesquisa de Coelho e Collares (2015) utilizou uma amostra de 380 questionários com o auxílio de alunos da turma de Técnica de Pesquisa, lecionada por Collares, no segundo semestre de 2014. Esse trabalho analisou experiências e opiniões dos estudantes da UnB, principalmente dos cursos de Ciências Sociais e Econômicas – mas com ocorrência de estudantes de outros cursos. Verificou-se dos alunos entrevistados como o pertencimento a determinados grupos ou coletivos influencia nas suas orientações e participação nas manifestações. Para a coleta de dados, além dos 380 questionários realizou-se um grupo focal e seis entrevistas em profundidade. Os questionários foram respondidos anonimamente, em salas de aula aleatórias de matérias oferecidas pelos departamentos de Ciências Sociais e Ciências Econômicas e a amostra foi calculada com erro amostral em torno de 10%. Das reivindicações apontadas, a Reforma Política foi dada como prioritária,

sobrepondo-se às questões relacionadas à saúde, educação e segurança. Essa pesquisa foi apresentada no XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, em julho de 2015.

A segunda pesquisa desenvolvida por Messemberg (2015), também na Universidade de Brasília, sobre comportamento político e valores. Esse trabalho também indaga sobre as participações (ou não) dos alunos entrevistados nas Jornadas de Junho e suas percepções sobre esse evento. A pesquisa de Messemberg (2015) abrange um público mais diversificado de estudantes, sem restrição de cursos, porém com estratificações dentro das grandes áreas: Ciências Exatas, Humanas e da Natureza. O interesse de Messemberg (2015) em realizar essa pesquisa surgiu a partir de sua constatação de que as manifestações que levaram milhares de pessoas às ruas pegaram de surpresa analistas políticos de todo o mundo devido ao fato da carência de estudos na temática, que avaliem as motivações e os valores que respaldam tais iniciativas. Na pesquisa, verificou-se, também, a percepção dos entrevistados acerca do que é corrupção a partir de determinadas situações hipotéticas que foram apresentadas nos questionários.

Para pensar o fenômeno da violência, desdobrado em suas manifestações por parte de manifestantes ou do estado, ou ambas, utilizou-se o referencial de Arendt (1999) e Weber (1996). Arendt (1999) foi utilizada para pensar a violência física como ação instrumental, e não política, enquanto Weber (1996) foi utilizado para verificar a coerção do estado e seus mecanismos legítimos para lidar com conflitos dessa natureza a que se referem às manifestações. Dessa forma, verificou-se a correspondência entre a violência física e a estatal.

Buscando contextualizar o cenário dessas manifestações, trabalhou-se com autores que analisam os movimentos sociais atualmente, como Gohn (2014) e Castells (2013).

Em Gohn (2014), em *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo*, pode-se ver como a autora discute o perfil dos manifestantes e suas reivindicações políticas, assim como motivações e expectativas. Gohn (2014) faz uma análise geral da realidade que precedeu a indignação popular assim como as reações tanto da população como do governo e da mídia. Mapeando as manifestações em suas sequências, Gohn (2014) descreve o desenrolar da história das manifestações de todo o mês de junho, pelos locais onde a população mais participou. Uma análise importante da autora refere-se à influência dos atuais meios

de comunicação, como as redes sociais, que foram determinantes para a difusão das pautas. As várias pautas, os fatos e apelos se espalharam instantaneamente, chegando a momentos onde havia transmissão ao vivo dos atos por cidades de todo o país.

A relevância do estudo de Gohn (2014) se dá pela riqueza de sua pesquisa em descrever os atos das manifestações de junho de 2013 em seus detalhes. Ela analisou todas as etapas das manifestações: desde a iniciativa dos primeiros grupos de militantes, passando pela adesão em massa da população, até os possíveis motivos que desestimularam os manifestantes e os saldos das manifestações.

Castells (2013), no livro *Redes de Indignação e Esperança, movimentos sociais na era da Internet*, discorre sobre o termo “indignação” e o que abastece a esperança dos manifestantes. Mesmo que o livro não fale do cenário brasileiro, serviu como norteador nas reflexões e de entendimento dos fundamentos das manifestações recentes pelo mundo, bem como a influência das redes sociais nas manifestações. Num pequeno posfácio onde o autor analisa a manifestação brasileira, ele interpreta a voz das ruas e a reação dos poderes políticos institucionalizados.

Para descrição do uso da violência e da presença nas ruas da tática *Black Bloc*, foi utilizado o livro *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc* de Solano, Manso e Novaes (2014). Como o título do livro sugere, explica-se a tática *Black Bloc* a partir das perspectivas dos manifestantes com entrevistas durante as mobilizações, com base no método etnográfico. Solano, Manso e Novaes (2014) foram às ruas para as manifestações e colheram depoimentos dos manifestantes. Em sua análise, associaram a tática *Black Bloc* às ações do grupo *Anonymous*.

O grupo *Anonymous* consiste num aglomerado de coletivos que se unem para agir no ambiente virtual, com objetivo de difundir informações tidas como secretas ou reter ações consideradas criminosas de governos, empresas. A associação do *Black Bloc* ao grupo *Anonymous* se deve à vestimenta preta e mascarada de ambos nas manifestações de rua.

2 O CONTEXTO DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

Não é possível negar que junho de 2013 pegou a todos de surpresa. Ainda que houvesse pressão sobre tudo o que estava acontecendo e o que estava por vir, não era imaginável que as proporções chegassem aonde chegaram pelo simples fato de que não houve planejamento quanto a isso; não havia organização prévia e o que aconteceu foi resultado dos ânimos aflorados por parte dos cidadãos, que aparentavam estarem engasgados com todo o descaso por parte do governo e se sentiram provocados com uma série de acontecimentos, como veremos adiante. Sendo assim, pesquisadores ainda se encontram em fase de reflexão acerca do que aconteceu – e talvez ainda esteja acontecendo – no cenário político do país desde então: a população se mostrou mais interessada e tem cobrado mais do poder público.

Nas Jornadas de Junho de 2013 observou-se que muitos se uniram nos protestos e várias vozes ecoaram, colocando todos os envolvidos diante do fenômeno da unidade, pois em seu primeiro momento foi possível presenciar grupos divergentes nas ruas, mas movidos pelos mesmos sentimentos de protesto. Todos queriam ser ouvidos por si e por todos!

Reinventando seu protagonismo, os jovens brasileiros são grandes responsáveis nas eras inovadoras da política nacional. Em tempos de plena acessibilidade e comunicação imediata, é compreensível que haja mobilização quando existe um assunto de interesse comum. As Manifestações de Junho 2013 representaram uma nova forma de se organizar socialmente, em sua grande maioria, por jovens com maior escolaridade, conectados pelas redes sociais e com senso crítico. Essas mesmas redes sociais foram berço da mobilização que se viu e, com a atenção da mídia, sensibilizou um número expressivo nas manifestações, como não se via há mais de 20 anos. As últimas grandes reivindicações políticas foram as manifestações nos *Diretas Já!*¹ e *Fora Collor*² e, talvez por isso, tenha se

¹ “**Diretas Já** foi um dos movimentos de maior participação popular, da história do Brasil. Teve início em 1983, no governo de João Batista Figueiredo e propunha eleições diretas para o cargo de Presidente da República”. (DUARTE, 2015, p. 1).

² “[Em 1992] Os números pífios da política econômica de Collor e a indignação frente aos escândalos de corrupção envolvendo seu nome incentivaram a mobilização em torno de sua saída do governo. Os integrantes do movimento “Fora, Collor”, capitaneado por entidades representativas dos sindicatos, setores estudantis e entidades de classe, pintaram suas caras e saíram às ruas em sinal de sua indignação”. (SOUSA, 2011, p. 1).

propagado o bordão “o gigante acordou”, pois já se passaram mais de 20 anos desde a última grande mobilização brasileira.

Hoje, mais de dois anos depois das jornadas de junho de 2013, é nítido que o despertar político iniciado naqueles tempos não tenha cessado, embora tenha arrefecido. A Copa do Mundo aconteceu, é fato, mas isso não foi visto como derrota, pois várias medidas políticas foram guiadas pelas vozes das ruas, como por exemplo, o recuo nos tais 20 centavos das passagens do transporte público (ônibus e metrô), movimento pelo qual tudo começou com o coletivo Movimento Passe Livre, em São Paulo, no início de junho. De modo geral, as manifestações aconteceram ao longo de 20 dias, intercalados. Dos primeiros dias de junho ao dia 20. A partir daí, qualquer manifestação terminava em quebra-quebra com cenários de guerra nas ruas e muita repressão.

2.1 PANORAMA POLÍTICO NACIONAL

Em 2013, o país inteiro vivia um ano pré-eleitoral e em preparação para sediar a Copa Mundial de Futebol, um dos maiores eventos esportistas do mundo. A população estava dividida entre os que acreditavam nos benefícios de serem país-sede da Copa e o legado que permaneceria após os jogos. As reformas em hospitais e vias públicas, por exemplo, os deixariam aptos a receberem melhor os turistas e a própria população. Os monumentais estádios foram reformados a fim de atenderem aos padrões impostos pela *FIFA (Fédération Internationale de Football Association)*. Por outro lado, muitas pessoas reclamavam veementemente dos gastos exorbitantes e acreditavam que os legados não corresponderiam aos investimentos feitos para realizar a Copa do Mundo.

O que dizer? Era o último ano antes de tudo isso e o país ainda não havia conseguido acertar os ponteiros nos pontos básicos para a própria população, pois poucas escolas e hospitais contavam com o mínimo: infraestrutura adequada e profissionais qualificados com condições básicas de serviço. Sem mencionar os problemas que o Brasil sempre enfrentou, diariamente, com a mobilidade urbana, com péssimos veículos e péssimas condições nas estradas públicas. E percebendo que o governo não havia tomado as devidas providências a tempo, a indignação era justificável, pois começariam a recorrer a licitações emergenciais, sem análises

prévias e a devida reflexão quanto ao orçamento público. A administração dos recursos financeiros como um todo se tornou preocupação, assim como quanto à qualidade do serviço que seria feito, pois devido à falta de tempo, tudo seria feito às pressas.

O governo conseguiu atender a tempo as exigências da *FIFA*, mas à custa de maquiagens, pois hoje, apenas dois anos depois da realização do evento, é possível se deparar com noticiários que destacam estádios superfaturados e que estão com problemas de instalações. É o caso do Estádio Nacional de Brasília, ou popularmente conhecido como *Mané Garrincha*, que apresenta superfaturamento em diversas etapas, dentre elas, uma “ação [que] aponta irregularidades na implantação, drenagem, irrigação automatizada e manutenção durante quatro meses. O MP estima um prejuízo de ao menos R\$ 1,6 milhão” (CALZOLARI, 2015, p. 1). É compreensível a indignação de uma população que tem que conviver com a realidade de um estádio que custou 153% a mais que o valor orçamentado. Esse valor, por si só, já era um orçamento alto principalmente se se considerar que a capital federal não tem como característica o investimento no esporte em questão. Com isso, o estádio se tornou o mais caro construído para o Mundial, enquanto se vê, em Brasília, hospitais sem utensílios básicos e escolas sucateadas.

A situação é ainda pior quando se leva em consideração o baixo desenvolvimento econômico do país e que o governo reduziu a previsão no país do Produto Interno Bruto (PIB) para os anos de 2013 (de 2,3% para 2,28%) e 2014 (de 2% para 1,95%). Em 2013, logo no início do ano, o governo já articulava com uma política fiscal afrouxada, a fim de alterar a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), pois o planejamento inicial havia falhado tanto para esse ano quanto para o ano seguinte, 2014 (OLIVEIRA; MARCHESINI, 2013). Como se não fosse suficiente, o governo havia acordado isenções fiscais para a realização do Mundial, deixando de arrecadar cerca de R\$ 1 bilhão na realização da Copa. Evento que seria o mais lucrativa de todos os tempos para a *FIFA*, enquanto a entidade arrecadou mais de R\$ 8,8 bilhões com contratos comerciais, patrocínios, direitos de transmissão e etc (R7, 2013). Falou-se muito que havia sido instituído um estado (a *FIFA*) dentro do Estado (Brasil), pois foram criadas legislações específicas no que se referia ao evento mundial.

2.2 O INÍCIO DAS MANIFESTAÇÕES

Uma das peculiaridades das manifestações, em junho, foi a “união” de grupos ideológicos e movimentos sociais ditos contrastantes, no sentido de que todos esses grupos dividiam as ruas ao mesmo tempo. Esses grupos aproveitavam os levantes e a massificação das manifestações para atrair atenção para suas próprias pautas. Com isso, alguns coletivos se destacaram devido à sua movimentação mais organizada. Nesse trabalho, serão citados os três coletivos que mais se destacaram nas manifestações. Assim, será possível analisar a força da participação de cada um deles ao longo das manifestações.

O Movimento Passe Livre (MPL) que existe desde 2003, não é desconhecido no cenário brasileiro de movimentos sociais. No documentário produzido pelo TV Folha, uma representante do movimento o define como:

Movimento social, horizontal, autônomo e apartidário que luta por um transporte verdadeiramente público. O MPL se formou a partir das revoltas populares que aconteceram principalmente em Salvador [Revolta do Buzu, 2003] e Florianópolis [Guerra da Tarifa, 2004/2005] contra o aumento das tarifas de ônibus. (JUNHO..., 2014).

O site do MPL descreve seus princípios como: autonomia, independência, horizontalidade, apartidarismo (mas não anti-partidário), federalismo (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2015). O movimento, que se mostra acostumado a convocar atos com grande adesão popular, conta com conquistas como o bilhete único, que existe em várias cidades brasileiras. Historicamente, esse tipo de reivindicação referente à mobilidade urbana acaba se apresentando como problema recorrente e central para a população brasileira: em 1880 aconteceu a “Revolta do Vintém” que, curiosamente, também reclamava dos vinte “réis” (um vintém) na passagem do transporte público, de tração animal, que servia à população.

O MPL marca o início das manifestações de junho de 2013, com protagonismo isolado, tendo sido interpretado como interlocutor das reivindicações iniciais e sendo convocado para ocupar cadeiras em momentos de negociação com dirigentes. Logo que o governo paulista atendeu às reivindicações do MPL, o que ocorreu também em outros estados, o movimento saiu de cena como liderança, embora não tenha deixado de articular e se mobilizar nos atos que seguiram.

Mesmo que as reivindicações de não aumento de tarifas tenham sido atendidas e o MPL tenha saído da linha de frente, milhares de manifestantes seguiram se

expressando nas manifestações no país, defendendo suas mais diversas pautas. Como não poderia deixar de ser, a mídia tradicional (no momento de ápice das jornadas) estava completamente voltada para esses acontecimentos e a repercussão foi mundial.

Por encomenda da Rede Globo, o IBOPE realizou uma pesquisa durante as manifestações do dia 20 de junho, onde entrevistou 2002 pessoas em oito capitais brasileiras. Em porcentagens alarmantes, tornou-se evidente a insatisfação com a representação política brasileira. Embora os representantes tenham sido eleitos, a grande maioria disse não se sentir representada nem pelos partidos políticos (89%), nem pelos representantes políticos (83%). O descontentamento é ainda mais nítido se for levado em consideração o grau de abstenção em participar de filiações políticas (96%) e sindicatos ou entidades de classe ou estudantis (86%). (IBOPE, 2013).

A grande maioria dos manifestantes entrevistados tinha entre 14 e 24 anos (43%), ou seja, em idades que, comumente, se está nos ensinos secundário e superior. De todos os entrevistados, 92% tinham completado o colegial ou iniciado ensino superior (49%) ou nível superior completo (43%). Ou seja, as manifestações foram palco de pessoas escolarizadas e trabalhadoras, pois 76% dos entrevistados afirmaram desenvolver alguma função remunerada. É correto afirmar que se tratava de pessoas politizadas, pois 89% dos entrevistados afirmaram ter muito interesse (61%) ou interesse médio (28%) em assuntos políticos, mas o fato é que algum interesse havia. (G1, 2013).

3 PERSPECTIVAS ACERCA DAS MANIFESTAÇÕES

Em geral, há uma crítica que se faz às manifestações que nascem no ambiente virtual e é frequentemente difundida entre os mais diversos militantes. Tal crítica diz que a maioria dos manifestantes que participam dessas mobilizações busca somente holofotes para mostrar que se mobilizaram em prol de um bem comum, como se isso representasse uma consciência coletiva. Sendo assim, há mais vaidade do que foco político nas mobilizações de massa. Para os críticos, as redes sociais têm força para mobilizarem as massas, mas não para mantê-las na militância. Contudo, não se nega o fato de que esses manifestantes reforçam a massificação dos movimentos e chamam mais atenção para as causas.

3.1 MOTIVAÇÕES

Analisando o cenário nacional, em relação às motivações que levaram os manifestantes às ruas, a pesquisa realizada pelo IBOPE (2013) apresenta o primeiro ponto com certa previsibilidade, pois foi a partir dessa reivindicação que tudo começou: 38% dos entrevistados lutavam por melhoria no transporte público. No somatório de todas as motivações mencionadas, 65% se queixavam do cenário político atual e 54% estavam insatisfeitos com o transporte público, tendo as queixas em relação à saúde aparecido em seguida, com 37% dos entrevistados insatisfeitos. Os entrevistados declararam acreditar na força das mobilizações, pois 94% afirmou achar que haveria mudanças a partir das manifestações.

Em caráter específico, as pesquisas de Coelho e Collares (2013) e Messenberg (2013) evidenciaram a falta de representatividade por parte das instituições políticas para com os jovens universitários. Dessa forma, os alunos pautavam sua participação no interesse em reivindicar mudanças e se fazer prostrar o Estado. Verificando a falta de motivação, a falta de organização das manifestações afetou diretamente. A dispersão nas pautas afugentou alunos que afirmaram não terem participado devido à falta de clareza das reivindicações.

3.2 A PRÁTICA DA VIOLÊNCIA NAS MANIFESTAÇÕES

O que se pretende analisar aqui é a maneira como a violência nas manifestações foi fator norteador, no sentido de que elas podem ter demarcado o início das manifestações mais intensas e ter sido responsáveis pelo seu esvaziamento, independentemente de onde tenha partido: policiais ou manifestantes.

Vale ressaltar que não é novidade observar atos violentos ou de vandalismos nas manifestações brasileiras. Contudo, as jornadas de junho foram marcadas pelo fato de que, inicialmente, se tratava de um assunto que atingia diretamente o cotidiano de toda a população beneficiária de serviços sociais. O preço das passagens atingia as camadas populares da sociedade, pois a maioria da população no país tem de recorrer ao transporte público para se locomover.

A ampla pesquisa realizada pelo IBOPE (2013) procurou-se saber o que os entrevistados pensavam a respeito dos atos de violência das manifestações. Em relação à atuação da polícia, 57 % dos manifestantes afirmou que a polícia agiu com muita violência, enquanto que para 24% houve violência, mas sem exageros. Quanto às depredações, 66% afirmou que essas nunca são justificadas, independente das circunstâncias. De acordo com o comentário de um entrevistado, o vandalismo não acrescenta em nada e, pior, tira o verdadeiro foco das manifestações.

O medo da violência afugentou 12% dos entrevistados por Messemberg (2013) e 70% dos entrevistados por Coelho e Collares (2013) atribui à polícia o papel de agente da ação de violência.

Desde o princípio das mobilizações, a polícia respondia com truculência às manifestações. Existem diversos registros na internet, em arquivos pessoais ou mesmo em produções jornalísticas, que registraram agressões desmedidas de policiais, atingindo idosos, jornalistas com crachás de identificação, mas mais do que isso, atingiam cidadãos que apenas exerciam seu livre direito de se manifestar.

A violência policial no início das manifestações foi desmedida em relação às mobilizações que eram pacíficas. Na medida em que as mobilizações se estenderam para o resto do país os governantes começaram a negociar e a mídia tradicional mudou de lado, no entanto a repressão continuou prejudicando o protesto pacífico. Logo em seguida apareceram os *Black Blocs* e outros grupos que adotaram atos de violência e vandalismo, seja contra a polícia seja com depredações. A partir de então o movimento refluíu.

3.2.1 A violência em Brasília

Em Brasília o espírito dos enfrentamentos das manifestações tinha um tempero a mais e despertavam sentimentos distintos dos manifestantes do restante do país. Segundo relatos no documentário *Junho, o mês que abalou o Brasil* (2014), produzido pelo TV Folha, quando o povo nas ruas das demais cidades tomava conhecimento de que a rampa do Congresso Nacional estava sendo invadida, sentia-se mais decidido, pois se tratava do centro do poder político. A sensação era de que os manifestantes que estavam em Brasília, no monumento que representa os eleitos pelo povo, isto é, o Congresso Nacional, eram os porta-vozes diretos dos manifestantes do país inteiro.

No dia 17 de junho houve a ocupação da rampa do Congresso Nacional devido à convocação da “Marcha do Vinagre”. Tal nomenclatura se deve à popularização do vinagre como neutralizador dos efeitos do gás lacrimogênio, popularmente utilizado nas manifestações para dispersar manifestantes. Neste dia, mais de 10 mil pessoas, em Brasília, se reuniram nas proximidades do Congresso Nacional para reivindicar pautas relacionadas à saúde, educação, melhorias no transporte público, não aprovação das PEC/37³ e PL 728/2011⁴, popularmente conhecida como “Lei Antiterrorismo”, e investigações sobre os gastos com a Copa do Mundo de Futebol em Brasília, como cidade-sede.

Depois desse dia, um dos protestos mais marcantes das manifestações em Brasília aconteceu naquela mesma semana, em 20 de Junho de 2013. Esse dia foi marcado pela invasão e depredação do Palácio do Itamaraty – sede do Ministério das Relações Exteriores – quando indivíduos jogaram coquetel molotov contra o prédio. O Palácio do Itamaraty se tornou alvo depois dos manifestantes terem sido desviados do prédio do Congresso Nacional pela polícia, que contava com um contingente de cerca de 3,5 mil agentes para algo em torno de 40 mil manifestantes.

A violência física das manifestações em Brasília aconteceu partindo de diversos agentes. De um lado, a polícia fazendo cordões policiais, impedindo e direcionando os

³ A PEC 37 sugeria incluir um novo parágrafo ao Artigo 144 da Constituição Federal, que trata da Segurança Pública. O item adicional traria a seguinte redação: "A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente" (RODRIGUES, 2013, p. 1). Em suma, a PEC em questão retira a responsabilidade do Ministério Público em investigações dessa natureza.

⁴ O Projeto de Lei sugeria a punição de “grevistas” e terroristas durante a Copa do Mundo, realizada em 2014 e, portanto, valeria somente durante a realização do evento. “Na justificativa da proposta, os senadores alegam que a Lei Geral da Copa deixa de fora a tipificação de uma série de delitos, necessária para “garantir a segurança durante os jogos” (DIP, 2013, p. 1).

movimentos, atingindo diversos grupos com bombas de gás lacrimogêneo, independente de se tratarem de crianças ou pessoas com mais idade. Do outro lado os manifestantes radicais, com roupas pretas e panos tapando suas faces, quebrando veículos particulares e de mídia que encontravam pelo caminho.

Antes de invadirem a rampa do Congresso Nacional, no dia 17 de junho, os manifestantes foram reprimidos com sprays de pimenta e cassetetes. As forças da Cavalaria e Tropa de Choque foram acionadas para “controlar” os manifestantes. No dia seguinte ao dia 20, ou seja, quando houve a depredação e tentativa de invasão do Palácio do Itamaraty, os jornais do país inteiro e pelo mundo noticiavam o cenário de guerra que os brasileiros testemunharam. Termos frequentes como “vandalismo” e “violência” foram empregados para descrever a atitude de pessoas e grupos, em particular, nessas depredações. Contudo, sempre esteve descrito, também, que a polícia não poupou seu arsenal de gás-lacrimogêneo, atirados de seus helicópteros, e sprays de pimenta, tal como as balas de borracha o que, como muitas outras atitudes do estado, não deixavam de ser vistos como vandalismo.

No dia 20 de junho, o Corpo de Bombeiros e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) registraram 127 atendimentos a feridos, sem registros de gravidade. Dentre eles haviam registros de, no mínimo, dez agentes de polícia que foram agredidos com pedras e outros objetos, um bombeiro com queimaduras de fogos de artifício e duas pessoas atingidas com balas de borracha.

O Secretário de Segurança afirma em entrevista ao Jornal G1, em 21/06/2013, que utilizou recursos como os sprays de pimenta e gás lacrimogênio apenas contra os manifestantes que apresentavam atitudes agressivas como no trecho a seguir:

Há um grupo minúsculo de vândalos, agressores, que tem colocado em risco a própria integridade física dos manifestantes. Os manifestantes que são pacíficos vão ter essa consciência de que as forças de segurança vão expelir esses vândalos que se infiltram para cometer atos de violência e agressão. (AVELAR apud PASSARINHO, 2013, p. 1).

Porém, a autora deste trabalho participou as manifestações do dia 20 de julho com seu pai, 49 anos, e sua irmã, 13 anos, e foram atingidos com bombas de gás lacrimogêneo, que eram arremessadas a esmo de helicópteros, para dispersar todo tipo de manifestante, a fim de desocupar a esplanada.

3.3 A CONTRIBUIÇÃO DAS REDES SOCIAIS

A intensificação da comunicação permite criar elos e, assim, nutrir a sensação de fortalecimento por causas comuns. O que se observa, nos últimos anos, é o fenômeno das pessoas poderem se comunicar instantaneamente independente das distâncias, fortalecendo a manutenção e criação dos movimentos sociais.

Esse fator da comunicação, portanto, não é observado apenas no caso das manifestações brasileiras, em específico as Jornadas de Junho de 2013, mas sim no mundo inteiro. Isso porque as mobilizações acontecem não somente quando os indivíduos são atingidos diretamente, pois há também o descontentamento para com as injustiças cometidas a terceiros⁵.

A internet é uma característica da comunicação do espaço urbano, mas pode ser vista como um mundo à parte, no sentido de, neste ambiente, o tempo se mede de maneira anacrônica ao tempo da vida real. Lá, todo debate se faz atual e pertinente, independentemente de ter acontecido na Idade Média ou na semana passada. A virtualidade deu voz àqueles que temem sair às ruas para, sozinhos – a princípio –, medirem força com o Estado.

O próprio MPL fez a convocação dos primeiros atos pela internet, através da rede social *Facebook* e contou com a participação de duas mil pessoas na Avenida Paulista, logo no primeiro dia da manifestação. Ao longo das manifestações de junho de 2013 os jovens, principalmente, utilizaram essa rede social para apresentarem as pautas das manifestações. Havia debate nas páginas do evento em relação às atitudes que deveriam ser tomadas, como por exemplo, priorizar a pacificidade nos atos. Um dos acordos feitos na rede social tratava que, quando houvesse casos de violência e depredação, os manifestantes pacíficos se agachariam a fim de deixar em evidência às forças policiais somente os manifestantes que faziam badernas. Havia, inclusive, o espaço para se expressarem aqueles que não se sentiam confortáveis em participarem

⁵ A título de exemplo da intensidade da comunicação, é possível citar o fato ocorrido na sexta-feira, 13 de novembro de 2015: os ataques terroristas do Estado Islâmico à cidade de Paris, na França. Através das redes sociais se difundiram mensagens com pedidos de orações, com *hashtags* como *#PrayForParis*, *#PrayForHumanity*. As expressões se difundiram em solidariedade às vítimas dos atentados e ao terror que assolava a cidade que permanecia receosa quanto a possíveis novos atentados, mas também a todas as catástrofes que aconteciam ao redor do mundo, sejam por fatores naturais ou conflitos geopolíticos.

Hashtag é um recurso muito utilizado entre os usuários das redes sociais, na internet. Consiste em unir uma expressão comum ao momento ou ao fato, antecedida de um símbolo conhecido no Brasil como “Quadrado” ou “Jogo da Velha” (#). (SIGNIFICADOS, 2015). É utilizada para criar uma expressão padronizada e/ou criar uma referência a determinado assunto.

das manifestações e exporem seus motivos, bem como os que discordavam das manifestações.

No *Twitter*⁶, a palavra “vandalismo” teve picos de aparição e sua repercussão foi mapeada pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em pesquisa exclusiva ao Estadão. No mapeamento, observaram a existência de três grandes grupos – o grupo “rede da propriedade” defendia a propriedade privada; o grupo “rede governista” apoiava decisões do governo e enxergava nas depredações rompimento aos direitos fundamentais da sociedade. O terceiro grupo, denominado “rede das ruas”, via as depredações como canais para obtenção do sucesso nas reivindicações. Ainda que os grupos “rede da propriedade” e “rede governista” discordassem em outros pontos, ambos concordavam quanto ao fato que o vandalismo não é justificável. O terceiro grupo, o “rede das ruas” enxergava tais atos como necessários para que mudanças ocorressem. Apesar das diferenças entre os três grupos, havia concordância quanto ao fato de que o vandalismo parte não somente dos manifestantes, mas também das práticas do Estado, como a corrupção, por exemplo. (ALMEIDA; FAFÁ; AMORIM, 2013)

⁶ Rede social definida como “microblog” que permite aos seus usuários postarem falas de até 140 caracteres por vez. Os usuários têm suas conexões e podem “seguir” ou serem seguidos pelos outros usuários. Os assuntos mais comentados do momento viram “Top Trends”, mundiais ou por regiões/países.

4 ANÁLISE

Dados os fatos, a partir daqui seguem as análises feitas a partir do material disponível, isto é, o grupo focal de Collares (2013), as pesquisas de Coelho e Collares (2015) e Messeberg (2015) e os livros utilizados de diversos autores.

4.1 GRUPO FOCAL

Em consonância à pesquisa, a professora Collares (2014) realizou com alunos de seu curso em Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais e colegas desses, um grupo focal sobre as jornadas de junho. Sendo assim, toda análise a seguir será feita a partir desse material.

A experiência do grupo focal agrega muito para solidificar o que foi pesquisado e apresentado até aqui, neste trabalho. Os alunos discorreram sobre o perfil das pessoas que frequentaram as manifestações e especularam sobre os motivos dos que não participaram, bem como sobre a legitimidade das ações dos *Black Blocs*.

A princípio os alunos foram perguntados se haviam participado das Jornadas de Junho e quais eram suas compreensões sobre o assunto. Não ficou claro quanto à participação dos alunos, mas houve debate quanto ao que os motivou para nessas manifestações. As Jornadas de Junho, para os participantes, teriam sido a isca para liberar o que o povo “sofrido” vinha guardando de insatisfação com a política no país. Eles concordam que, mesmo que tenham ido às ruas pessoas alheias à realidade dos movimentos sociais, que foram pela primeira vez, por curiosidade ou para expressar a consternação, essas manifestações de 2013 serviram para abrir as portas para que seja possível ampliar o debate político. Há o entendimento de que os movimentos refletiram a insatisfação com as instituições políticas e o Estado como um todo e que a mudança é algo estritamente necessário. Ainda que essas mudanças sejam algo que foge da capacidade de ser realizado por essas instituições até mesmo num futuro mediano.

Falou-se muito da realidade da periferia, que todos os dias tem que lidar com a polícia usando armamento letal ao invés das balas de borracha utilizadas nas manifestações de junho. Portanto, a violência que partiu de alguns manifestantes

seria um mecanismo de autodefesa de uma sociedade doente, que sabe o que precisa ser mudado.

As Jornadas de Junho, segundo um participante do grupo focal, são uma série de sentimentos contidos ao longo do tempo. Há muito protagonismo nesses processos, e os participantes do grupo focal veem as manifestações como momentos que a juventude experimenta esse protagonismo pela primeira vez desde a época da redemocratização no Brasil, graças à crise política da institucionalidade. A juventude se afasta dos partidos políticos por enxergarem todos como iguais. Nesse sentido, as Jornadas de Junho foram o estopim de todos aqueles que não se reconhecem na política.

Dentre os participantes, um se manifestou apenas como observador nas manifestações, somente para acompanhar um amigo que havia ido como agente da tática *Black Bloc*. Esse observador percebeu que, num primeiro momento, não havia pautas pontuais, pré-definidas. Para ele, no segundo dia já havia alguma organização, com grupos separados e pautas estabelecidas. Os amigos que esse observador acompanhava estavam, segundo ele, expressando suas raivas mais do que fazendo reivindicações, até porque não havia tido planejamento entre eles sobre as pautas para reivindicar.

Contudo, outro participante do grupo focal, que afirmou ter participado como *Black Bloc*, fez o seguinte esclarecimento que a autora desta monografia procura sintetizar. Segundo esse *Black Bloc*, há muito do lado emocional na tática, porém existem pautas e há um planejamento prévio e racional. A tática, de luta e confronto, deve ser orquestrada. Neste ponto fica claro o entendimento da performance dos que se unem para confrontar a polícia e o sistema como um todo. Eles veem legitimidade nesses atos de violência porque dizem que, já que o confronto é inevitável e acontece todos os dias na periferia, então isso se torna apenas uma resposta para tal, uma reprodução do cotidiano.

Não houve consenso entre os participantes do grupo focal quanto à legitimidade das pautas das jornadas de junho, até porque, segundo alguns, boa parte das pautas sequer contemplava a classe baixa; reivindicavam redução na tarifa do transporte público, mas não se reivindicava o acesso amplo a esse transporte, pois existe periferia onde não se tem sequer acesso aos ônibus públicos. As pautas, quando definidas, tinham cunho de ordem social, mas não havia esclarecimento de ordem políticas. Para uma participante, não adianta reclamar do

SUS sem saber seus benefícios ou saber para quem reclamar. Sendo assim, há indignação e raiva e, segundo ela “é lógico que você vai quebrar”.

Os participantes do grupo focal citaram os “rolézinhos” e o nível da sua representatividade perante a classe com menor renda na sociedade. Esse grupo social se viu mais representado no movimento dos “rolézinhos”. Esse movimento invadiu centros de consumo, como shoppings center em todo o país. Assim, essa classe se sentiu pertencente aos grupos dos que usufruem daqueles espaços, normalmente voltados para itens que vão muito além do básico para sobrevivência, como tênis e roupas de marcas, celulares que representam algum status social e etc.

Finalmente, para os participantes do grupo focal é difícil traçar uma pauta ampla o suficiente para englobar todas as esferas de cidadãos; cada estado brasileiro tem seu espírito próprio em relação às suas necessidades. Os participantes do grupo focal reconhecem que quando houve a tentativa de organizar os movimentos, o foco das lutas se perdeu. E atribuem a isso o fato dos movimentos sociais e partidos políticos serem acostumados a lidarem com situações desse tipo, realizarem assembleias e etc., mas não conseguem construir um consenso. Por outro lado, segundo eles, a população não se reconhece mais nas instituições políticas brasileiras.

Algumas verbalizações são relevantes para ilustrar o pensamento dos alunos do grupo focal em relação às manifestações de junho de 2013 e aos atos Black Blocs:

- “Os movimentos refletem a insatisfação com as instituições, a necessidade de mudança que as instituições não dão conta, nunca deram e acredito que não vão dar, num futuro mediano”.
- “Contra a violência da periferia, com a violência policial que acontece cotidianamente, com a violência do transporte público precário, trabalho vexatório, cotidiano duro a gente tem as autodefesas”.
- “Daquela maneira estão tentando mudar algo q não está certo e quem faz, faz porque não vê outra saída.”
- “A contra violência é a autodefesa de uma sociedade doente”.
- “As jornadas de junho são uma serie de sentimentos contidos ao longo do tempo. Tem muito protagonismo dentro desses processos e é a juventude que

está experimentando a política pela primeira vez desde o processo de redemocratização do Brasil”.

- “A crise política de institucionalidade”.
- “A tributação no Brasil castiga a população mais pobre e não mostra retorno”.
- “É um sentimento egoísta? É. Mas é até q ponto você vai pra tomar a revolução?”

4.1.1 Black Blocs

A tática *Black Bloc* – os *Black Blocs* não se denominam um movimento nem um grupo – teve suas primeiras aparições registradas na Alemanha Ocidental, em 1980, num momento de resistência à repressão policial, e foi visto inclusive como um movimento anarquista. Seus ativistas defendem que se trata de uma tática que visa atingir estruturalmente e simbolicamente ícones da propriedade privada do Capitalismo, visto como um sistema opressor. Por isso, os *Black Blocs* depredam patrimônios em contraponto à violência que julgam sofrer do Estado, ao longo de suas vidas.

Os ativistas dessa tática agem mascarados, com panos pretos garantindo seu anonimato. Os *Black Blocs* argumentam que seus métodos não são “violentos” em vista do que a polícia faz com os manifestantes, atingindo-os, quando pouco, com bombas de gás lacrimogêneo. Ou, ainda, em comparação ao que o Estado faz com os cidadãos, em não garantir o retorno adequado dos impostos que são pagos para recursos como saúde, transporte e educação. Argumentam que, sendo mais um grupo insatisfeito com a representação política da região onde agem adotam táticas de luta com violência performática.

Figura 1 – *Black Bloc* e a violência performática



Fonte: Santos (2015).

Para esses ativistas, o que justifica recorrer à violência? O que torna “legítimo”, para eles, usarem coquetel molotov e praticarem suas depredações? No livro *Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*, de Solano, Manso e Novaes (2014), os autores discorrem sobre as motivações dos que aderem a essa tática, pois, além de suas pesquisas teóricas, foram a campo entrevistar os mascarados. Como descrito, os sujeitos *Black Blocs* se veem como agentes políticos, não como vândalos, pois justificam seus atos no que chamam de “vandalismo cotidiano” por parte do sistema capitalista vigente. Para eles, não há avanço em manifestações pacíficas, pois não gera incômodo ao Estado. Esse mesmo Estado responde, quando julga necessário, com medidas violentas, ao tentar reprimir uma aglomeração, por exemplo. O Estado envia suas tropas militares para agredir e exercer o uso da violência.

No Brasil, esse grupo ativista ganhou destaque depois do ápice das manifestações. Os agentes da tática *Black Bloc* não temem a reação em cadeia; eles estão dispostos a viverem cenários de guerras civis para serem ouvidos, para gerar medo nos governantes. O que se percebe nas pesquisas realizadas em âmbito nacional, como a pesquisa do IBOPE (2013), ou com público específico, como a pesquisa “Jovens e polícia nas jornadas de junho de 2013” de Coelho e Collares (2015), é que os ativistas enxergam suas motivações semelhantes às dos demais cidadãos que foram as ruas. A diferença é que os adeptos a essa tática se dizem extremamente consternados com tanto descaso por parte dos governantes e só veem medidas efetivas geradas a partir da provocação do incômodo.

Como descreve a matéria da Revista Fórum sobre o assunto, os ativistas dessa tática têm como intuito “promover intervenção direta contra os mecanismos de opressão” (MONTEIRO, 2015, p. 1).

Sobre os alunos do grupo focal , alguns disseram ter exercido a tática em questão e outros que, embora não tenham sequer frequentado as manifestações, apoiam essa de tática. Um desses alunos perguntou ao ativista se a tática não atacava justamente as pessoas que eles pretendiam ajudar, ao reivindicar melhorias no transporte público e queimar um ônibus que seria usado pela população de classe baixa, por exemplo. O ativista respondeu que não são os *Black Blocs* que prejudicam a população, pois a tática é justamente o confronto: ela depende de como é orquestrada. O ativista admite que a tática possa ter sido usada algumas vezes de forma aleatória e, segundo ele, “O ódio ou a hostilidade nunca pode ser, necessariamente, racionalizada nesse sentido. Eu acho que essas ações necessariamente vistas como tática também permeiam uma questão emocional muito grande nesse sentido” (COLLARES, 2014). Na realidade, esse ativista quis dizer que o confronto está presente, na prática, todos os dias na periferia.

4.1.2 A violência estatal

Weber (1996) define que o Estado é o único detentor do uso legítimo da violência física, para defender uma nação, um território e um povo. O grau de violência utilizado pelo Estado determina sua ordem política. No entanto, segundo o autor, quanto mais se recorre à violência, menos democrático é o Estado em questão, ou seja, se há muita violência, vive-se numa ditadura, pois o escopo de Weber (1996) é o estado normativo de direito e não um estado de cessão. Essa legitimidade do uso da violência pelo Estado, em Weber (1996), se dá por conta dos indivíduos que se organizam política e administrativamente dentro de uma determinada região e depositam sua confiança no Estado. Ou seja, ainda que os demais indivíduos recorram a atos violentos em determinadas situações estes serão questionados, pois somente ao Estado é creditado pela sociedade utilizar de tal meio.

Arendt (1999) não questiona o conceito de poder de Weber (1996) no que diz respeito ao Estado de Direito e ao ordenamento jurídico. Para a autora, recuperando outra tradição do conceito de poder, violência e poder são conceitos distintos e até contraditórios. Segundo Arendt (1999), quando o Estado recorre à violência de forma

não legítima, simboliza o enfraquecimento do mesmo e perda de poder no sentido do consentimento.

De acordo com a autora, o poder é um fim em si mesmo, enquanto a violência é um meio instrumental. Ao contrário da violência, o poder existe como condição da representação de um grupo, extinguindo-se quando o grupo deixa de existir. Sendo assim, a violência é um meio de alcançar algum propósito, não um fim, somente um instrumento. Em suma, a essência de todo governo deve-se pautar no poder, não na violência.

Não é arriscado dizer que a violência praticada pelo Estado foi berço das mobilizações das Jornadas de Junho. O fato é que o Estado não gere adequadamente os impostos recolhidos, pois não os aplica e direciona de forma satisfatória. Cuidar em desenvolver educação de qualidade, hospitais apropriadamente abastecidos e transporte público bem executado certamente não são gestões observadas ao longo do território brasileiro.

Além disso, o Estado se utiliza de recursos para reproduzir a violência ao qual é detentor legítimo. Essa noção é proveniente do pensamento de Weber (1996), que afirmou ser o Estado o detentor legítimo do uso da violência. Essa violência estatal pode se reproduzir de várias formas, seja física ou coercitiva.

Algo que se viu com frequência nas manifestações e foi registrado por diversos jornais foi o fato de que, após a repercussão negativa das ações truculentas da polícia e dos abusos de autoridade para com os manifestantes, os agentes começaram a ir para as ruas com suas fardas sem identificação em seus coletes, ou seja, anônimos. Para piorar utilizavam capacetes, que impediam de mostrarem seus rostos. A Constituição Brasileira, no artigo 5º inciso IV, prevê que é vedado o anonimato. Contudo os próprios agentes, representantes do Estado, descumpriram essa ordem, que é constitucional. Enquanto ativistas da tática *Black Bloc* queriam se esconder pelo anonimato usando máscaras, os policiais que reprimiam também não portavam na lapela de suas fardas o seu nome.

O que se percebe é a evidência da violência estatal perante os cidadãos, onde o agente policial é mandado às ruas sem identificação pessoal. Dessa forma, o estado assume a plena responsabilidade sobre qualquer ato realizado pelo indivíduo. Essa intenção, aliás, dá abertura para questionamentos acerca dos comandos direcionados aos agentes policiais.

4.2 AS REDES SOCIAIS

Na internet há espaço para que todos sejam ouvidos e criem seus laços, independentemente da localização dos indivíduos, de maneira simultânea. Assim, nascem as mobilizações que saem do ambiente virtual, fortalecidas, e trazem os sentimentos e a humanidade para o mundo real, de maneira palpável.

Na obra *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet* (Castells, 2013), o autor discorre sobre o poder inédito dado às multidões que se articulam virtualmente. Para ele, a democracia tem se aperfeiçoado a partir do desenvolvimento da comunicação e os representantes tem reagido de maneira equivocada ao recorrer às forças policiais para reprimir atos e restringir a liberdade de manifestações. O grande trunfo dessa nova organização social consiste na constatação de que as pessoas não precisam mais de intermediários para agir, se manifestar e propagar as informações. Ciente dos sentimentos que envolvem as manifestações, Castells (2013) ressalta que, além da raiva, a indignação livra do medo que reforça a inércia dos indivíduos.

Para Castells (2013), essa autonomia que existe no ambiente virtual é, provavelmente, a mais forte expressão da democracia que se busca trazer para o mundo real, através de manifestações debatidas, planejadas e nascidas na internet. Para o autor, a mobilização virtual é mais democrática, pois mesmo que haja organizadores, a organização se fundamenta em diálogos horizontais. Não existem líderes e a mobilização tem como intuito manifestar a desobediência civil. Segundo Castells (2013), para que as mobilizações virtuais sejam legitimamente representativas elas devem priorizar a sua pacificidade. A finalidade disso deve ser evidenciar toda a violência praticada pelo sistema vigente.

Num breve posfácio à edição brasileira, em sua obra, Castells (2013) discorre sobre o caso das manifestações de junho de 2013. O autor reconhece que as reivindicações são concretas e vão além do que se pede quanto a saúde, educação e qualidade de vida: trata-se de dignidade de cada indivíduo, trata-se da necessidade de se fazer respeitar enquanto cidadão. A classe política deve respeitar o cidadão, ao invés de vê-lo apenas de 4 em 4 anos e tratar seus cargos como “cargos próprios” e tomando decisões como incontestáveis, pois a democracia não se resume a isso, não é um mercado. O autor cita a realização da Copa do Mundo como oportunidade para atos de corrupção por parte de empresas e governos com fundos públicos.

Ainda no posfácio, Castells (2013) verificou a força das mobilizações virtuais e a resposta recebida por parte da maioria dos governantes: a repressão violenta. O autor observa que, somente a partir da declaração de apoio da presidente Dilma às vozes das ruas houve o atendimento à reivindicação inicial: anulação do aumento das tarifas do transporte público.

Castells (2013) insiste que a autonomia da comunicação que as redes sociais proporcionam empodera os cidadãos e conscientiza a juventude de seu potencial de mudança e ação.

4.3 REPERCUSSÃO MUNDIAL E O *ANONYMOUS*

No momento das grandes manifestações, quando as atenções da mídia estavam voltadas para os atos, coletivos internacionais foram importados e, dentre eles, destacam-se o *Anonymous*. Esse grupo é mundialmente conhecido pelas suas intervenções no ambiente virtual, onde se dedicam a “invadir” espaços cibernéticos que consideram criminosos. Seu intuito é combater, por exemplo, crimes de preconceito racial e pedofilia sem se aliarem, contudo, em parceria com instituições policiais. Para isso, sobrecarregam os servidores dos sites definidos entre eles como abusivos até que os esses sites saiam do ar. Os ativistas agem desde os sites pessoais até os sites de bancos ou governamentais. Contudo, para se tornar um alvo do *Anonymous*, o site deve ter alguma notoriedade, pois os ativistas buscam cessar essa popularização do conteúdo considerado criminoso.

A atuação dos *Anonymous* durante as manifestações de junho de 2013 foi caracterizada pela queda de diversos sites de cunho político, como as páginas virtuais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. O *Anonymous* reivindicaram, também, responsabilidade sobre a ação de hackers que tomaram as páginas da presidente Dilma Rousseff e da Revista Veja. Além disso, espalharam documentos da Polícia Militar e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Também foram responsáveis por intensificarem as mobilizações de junho de 2013 e divulgarem os protestos pela internet.

A participação desse tipo de coletivo deixa claro a influência do ativismo digital nos protestos, não somente no caso do Brasil, mas também em manifestações ao redor do mundo. O *Anonymous*, além de ter surgido a partir da união de vários coletivos com princípios ideológicos semelhantes, também ramificou e inspirou a geração de

organizações menores, porém com o mesmo intuito. Ainda que alguns de seus ativistas tenham sido presos devido às invasões o movimento segue estável, defendendo o acesso livre às informações. O principal descontentamento desses coletivos que formam o *Anonymous* é a maneira que se dão as representações políticas em diversos países. Em 2011, sua atuação no Brasil foi registrada pela primeira vez numa invasão a um site do governo federal.

Existem pesquisas que citam esse grupo como um dos principais disseminadores das informações e articulações referentes às primeiras mobilizações, em junho de 2013, como a pauta na redução das tarifas e os atos que se prestavam contra a realização do Mundial de futebol. Nas manifestações de rua havia apenas a representação desses grupos, que se identificavam a partir da utilização da máscara de Guy Fawkes – que se popularizou com o filme “V de Vingança”.

Figura 2 – Máscara adotada pelos *Anonymous*



Fonte: Duarte (2013).

Provavelmente, a relação dos *Anonymous* com a tática *Black Bloc* venha do uso de máscaras, para cobrir o rosto e roupas pretas. Pois os *Anonymous* não atuam em atos de depredação como os *Black Blocs*.

4.3.1 Perspectiva de alunos da Universidade de Brasília

Como foi apresentado no cenário nacional, o perfil majoritário dos manifestantes era composto por jovens. Sendo assim, a seguir será possível

verificar a percepção dos jovens universitários de Brasília, de acordo com duas pesquisas realizadas por três professoras do Departamento de Sociologia.

As duas pesquisas realizadas com estudantes da UnB são importantes porque medem a percepção e a participação deles nas Jornadas de Junho de 2013, bem como sua decepção com as instâncias políticas institucionais brasileiras, principalmente com os partidos políticos.

4.3.1.1 As Pesquisas na Universidade de Brasília

O Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília contou com duas pesquisas realizadas por três professoras do departamento. Ambas as pesquisas buscaram entender o comportamento dos universitários frente aos acontecimentos das Jornadas de Junho, seja pelo seu perfil, seja pelas suas perspectivas, seja por suas motivações. Uma das pesquisas avaliou, especificamente, momentos de tensão durante as manifestações, como a violência policial e a tática *Black Bloc*, enquanto outra avaliou o interesse dos alunos de participarem ou não do meio político, verificando a qualidade e a intensidade dessas participações.

4.3.1.2 Pesquisa: “Jovens e polícia nas jornadas de junho de 2013” de Coelho e Collares (2015)

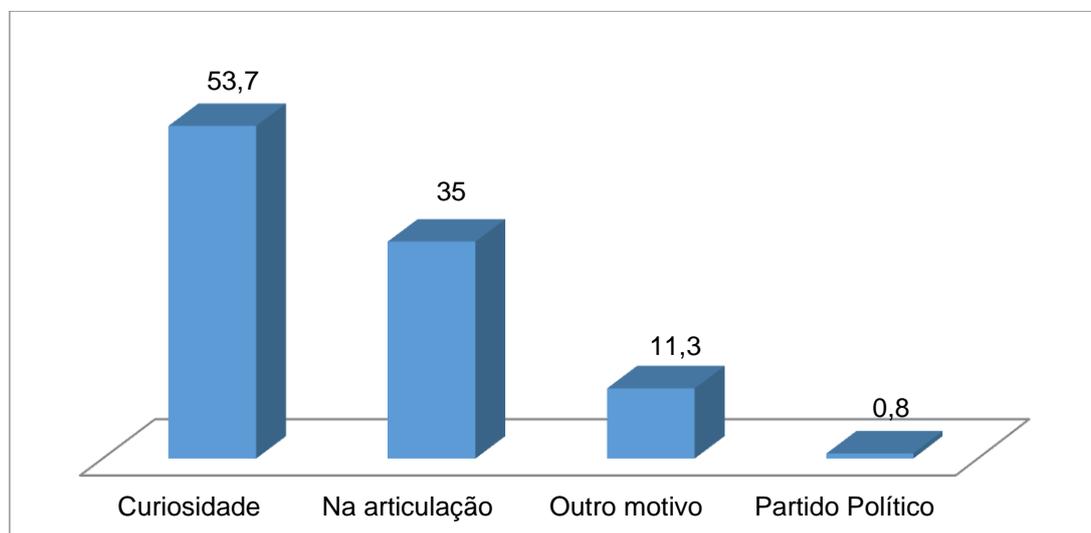
A pesquisa realizada pelas professoras Coelho e Collares (2015) tem caráter mais específico e deu foco nos momentos de tensão, protagonizados pelos ativistas extremistas adeptos da tática *Black Bloc* em confronto com a polícia. Denominada *Jovens, polícia e Black Blocs: As Jornadas de Junho em 2013 em Brasília*, a pesquisa inspirou esse trabalho pelo interesse em analisar a violência que existiu nos conflitos da parte da polícia e dos jovens, bem como a opinião de manifestantes estudantes da UnB. Para analisar as motivações e as percepções, os 380 entrevistados de diversos cursos da UnB – porém com foco em Sociologia e Ciências Econômicas – foram analisados em quatro perfis: os “politicamente engajados”, que se pautavam em orientações políticas, os “academicamente engajados”, que mantinham seu foco em diretrizes acadêmicas, os “religiosamente engajados”, aqueles que participavam de grupos religiosos dentro da universidade, e

os “desengajados”, alheios a grupos e coletivos de maneira geral dentro do ambiente universitário.

Em relação ao perfil dos estudantes, como dito, eram estudantes, principalmente dos cursos de Sociologia e Ciências Econômicas, em qualquer fase dos respectivos cursos, escolhidos dentro de salas onde as matérias eram ofertadas pelos dois departamentos responsáveis pelos cursos mencionados. O sexo dos estudantes era dividido praticamente em meio-a-meio, com média de 20 anos de idade, sendo que 37% se declararam provenientes do Plano Piloto, onde fica a Universidade de Brasília, e 54% dos 368 respondentes eram filhos de pais com ensino superior. Quando perguntados sobre a renda familiar, 70% dos entrevistados se encaixavam na classe média alta ou classe alta, sendo que, desses, 60% moram nas regiões administrativas do Distrito Federal que não o Plano Piloto. Dos que moram no Plano Piloto, 70% se enquadram nesse perfil.

Segundo a pesquisa, 49,6% dos entrevistados participaram de alguma das manifestações de junho. Os universitários foram às ruas por curiosidade (53%) ou por participarem de articulações coletivas (35%).

Gráfico 1 – Participantes das Jornadas, por motivo da participação, em porcentagem.



Fonte: adaptado de Coelho e Collares (2015).

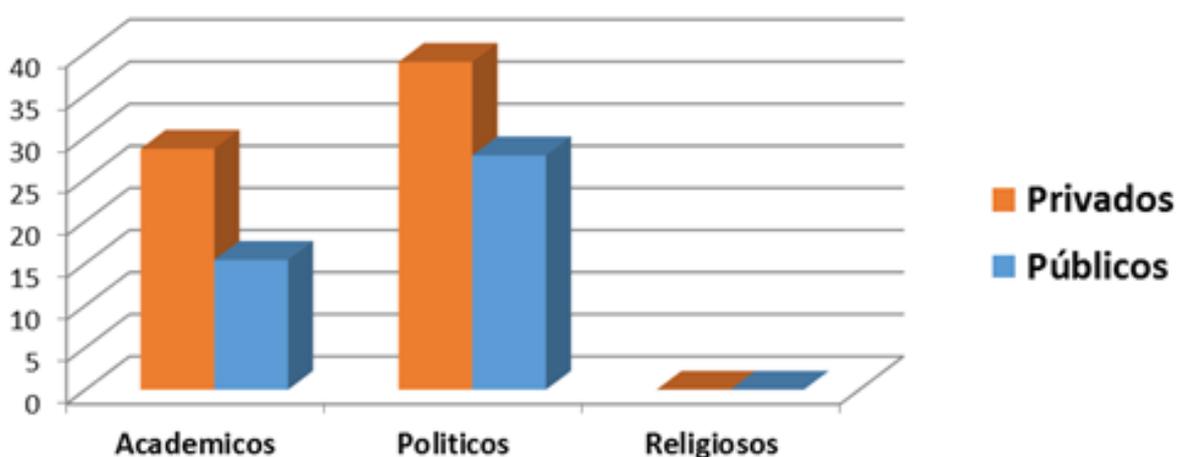
Os alunos foram perguntados, ainda, se foram atingidos de alguma forma durante a manifestação. Dos 177 respondentes que participaram 43% disse ter sido atingido e, desses, 73% foram atingidos pela polícia, ao passo que 17% foi atingido por algum outro manifestante e 8% por “outras pessoas”. Ao serem questionados quanto ao nível de conhecimento das táticas *Black Bloc*, cerca de 5% (de 377

respondentes) afirmou conhecer muito, 44,3% afirmou apenas conhecer, 18% disse que conhece pouco, 25% apenas ouviu falar e 7,2% desconhece o assunto.

Em relação à mídia nas manifestações, 45% dos entrevistados acham que a influência da mídia foi mínima ou nenhuma (38%), talvez porque, dos 364 respondentes, 74% acredita que a mídia foi depreciativa em relação às manifestações. Esses dados são curiosos, pois reflete a perspectiva de um estrato de jovens que participou das manifestações e estes acusam que o papel da mídia foi negativo, seja pela pouca influência, seja pela depreciação da cobertura.

É interessante verificar, também, que, dos 371 respondentes, 15% defende que prédios públicos sejam depredados e 21% concorda com a depredação de patrimônios privados. Mesmo ao insistir no assunto, perguntando se reivindicações legítimas justificam a depredação de patrimônios públicos como forma de protesto, os que concordam com as depredações são minoria. Verificando os grupos por engajamento, 100% dos manifestantes com orientação religiosa são contra qualquer tipo de depredação, ao passo que 27,8% dos politicamente orientados e 15,4% dos academicamente orientados concordam com a depredação do patrimônio público. Desses, 22,6% e 38,9%, respectivamente, concordam com a depredação do patrimônio privado. Essa ilustração fica visualizada no seguinte gráfico:

Gráfico 2 – Concordância com a depredação: Patrimônios Públicos e Patrimônios privados, por tipo de orientação

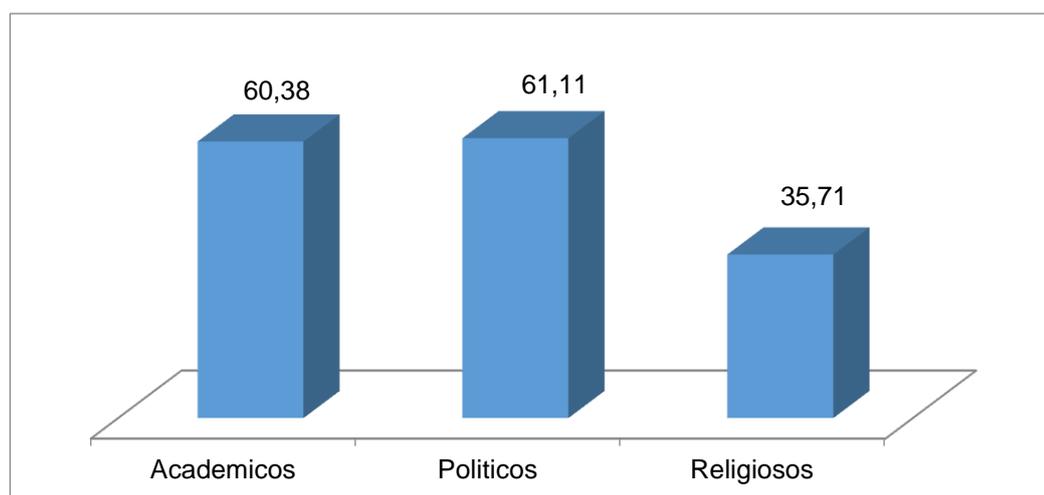


Fonte: Coelho e Collares (2015).

Os quatro perfis citados inicialmente – “politicamente engajados”, “academicamente engajados”, “religiosamente engajados” e “desengajados” – foram analisados dentro de suas particularidades no que se segue da pesquisa. O que se

observa dos estudantes é que, mesmo entre os que são engajados (34%), ou seja, participam de alguma associação ou coletivo universitário, não há concordância, em sua maioria, com a depredação de patrimônio públicos (71%) nem privados (73%). Os alunos engajados declararam que os temas das Jornadas de Junho de maior significância são de conjuntura política, pois indicavam pontos como “Reforma Política”, “Passe livre” e “preço das passagens de ônibus” ao passo que os alunos com menos engajamento elegiam questões sociais, como “saúde, educação e segurança”. E, dentro dos grupos de engajamento, a participação dos “academicamente engajados” e dos “politicamente engajados” foi estatisticamente próxima, ao passo que os “religiosamente engajados” tiveram participação consideravelmente menor, conforme a figura a seguir:

Gráfico 3 – Percentual de participação nas manifestações por tipo de grupo



Fonte: adaptado de Coelho e Collares (2015).

Analisados dentro de seus grupos de engajamento, a maioria dos alunos com orientação religiosa declarou não ter participado das manifestações (68,4), enquanto a porcentagem de manifestantes dos orientados acadêmica e politicamente é próxima dos 60%, cada.

As pesquisadoras atribuem fatores geracionais que influenciam nas características das atitudes tomadas pelos jovens durante as manifestações e pela sociedade, como um todo, dados os conteúdos das reivindicações. E, para pensar sobre tais fatores geracionais, utilizam a linha de pensamento de Mannheim (1951), que apresenta considerações relativas à idade cronológica e idade não cronológica (que não é medida pelo calendário, mas sim pelas experiências de vida e formação pessoal). Pois o autor acredita que haja gerações definidas não apenas por fatores

cronológicos e, também, por destinos coletivos, formando inclusive unidades de geração. Esse conceito combina de maneira interessante com as manifestações de 2013, pois, embora os manifestantes tenham sido majoritariamente jovens havia indivíduos de todas as gerações (cronológicas) fazendo apelos de ordens semelhantes. Uma das conclusões da pesquisa é que “a tática *Black Bloc* não tem legitimidade entre os alunos pesquisados da Universidade de Brasília” (COELHO, COLLARES, 2015, p. 26).

4.3.1.3 Pesquisa: “O paradoxo da democracia: a participação política dos alunos da Universidade de Brasília” de Guimaraes (2015)

Outra pesquisa realizada na UnB, também pelo Departamento de Sociologia, investigou as motivações e percepções sobre o cenário político por parte dos universitários. A partir de um seminário internacional, realizado em Brasília, a professora responsável pela pesquisa, Messemberg (2015), viu no espanto de serem pegos de surpresa os analistas políticos, nacionais e internacionais, quanto às Jornadas de Junho.

A partir de amostra estratificada de alunos que cursavam a partir do sexto semestre, foram entrevistados 94 alunos de 43 cursos⁷, via internet ou pessoalmente. Inicialmente, foram questionados das suas participações em associações, conselhos, sindicatos e/ou movimentos sociais e verificou-se que mais de 87% dos entrevistados não participava de nenhum desses grupos. Os motivos dessa não participação eram: 40% por falta de interesse, 29% por falta de tempo, 11% por não se identificarem, 9% por falta de confiança, “outros” com 9% e 2% não souberam responder.

O ponto da confiança foi explorado para além disso, devido à insatisfação de mais de 80% dos entrevistados em relação ao processo democrático brasileiro. Para os entrevistados, 41% acredita que a democracia pode funcionar sem o Congresso Nacional, 95% não confia que haverá retorno nos impostos que são pagos ao estado

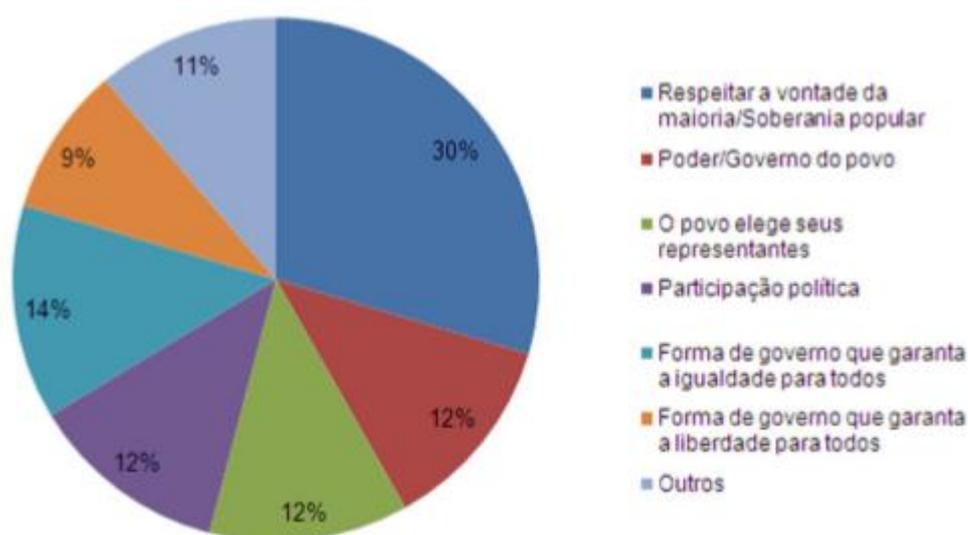
⁷ Os cursos selecionados foram: Psicologia, História, Serviço Social, Geografia, Letras, Ciência Política, Artes Visuais, Artes Cênicas, Desenho Industrial, Música, Relações Internacionais, Sociologia, Biblioteconomia, Museologia, Comunicação Social, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Administração, Gestão de Políticas Públicas, Economia, Direito, Pedagogia, Educação Física, Medicina, Farmácia, Nutrição, Odontologia, Agronomia, Ciências Biológicas, Geologia, Geofísica, Matemática, Ciência da Computação, Estatística, Física, Química, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Engenharia de Redes, Engenharia de Produção, Engenharia Ambiental e Engenharia Florestal.

e 70% acredita que não há preocupação por parte do funcionalismo público em relação aos interesses deles. A falta de confiança se reflete tanto nos setores públicos como privados: 65% tem pouca ou nenhuma confiança na polícia, 75% têm pouca ou nenhuma confiança no Congresso Nacional, 87% tem pouca ou nenhuma confiança nos partidos políticos e esses altos índices seguem em relação à sindicatos, empresários, governo federal, Câmara Legislativa do Distrito Federal, imprensa escrita e televisão.

A internet também não transmite confiança para a maioria dos entrevistados, mas ainda assim, são 59%. As esferas que transmitem alguma confiança são: a das leis do país, com 68% dos entrevistados depositando alguma ou muita confiança nelas, as Forças Armadas (57%), o Poder Judiciário (54%), o Supremo Tribunal Federal (53%) e a Presidência da República (49%). Na questão de valores sociais também se verificou a falta de confiança: dos entrevistados, 73% enxerga a desigualdade perante as leis brasileiras, sendo que 49% reconhece o baixo cumprimento das mesmas. Há o reconhecimento, também, da falta de consciência de seus deveres (61%) e direitos (70%).

Os jovens entrevistados embora não confiassem no Congresso, reconheceram sua necessidade para a democracia (59%), pois 78% reconheceu que esta é a melhor forma de governo. Seria a democracia nada mais que “Respeitar a vontade da maioria/Soberania popular” (30%) ou “A forma de governo que garanta a igualdade para todos” (14%).

Gráfico 4 – O que é democracia para você?

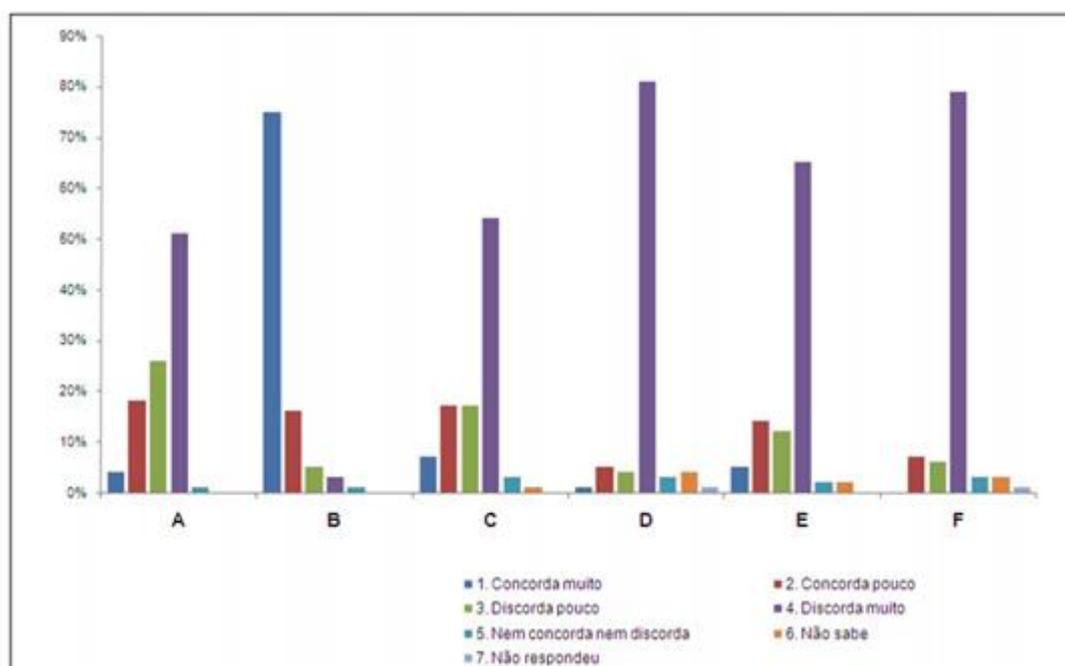


Fonte: Messemberg (2015)

Isso fica claro nas respostas que deram ao rejeitarem soluções autoritárias e populistas (75%), ou ditatoriais, considerando, inclusive, o retorno de governos militares (85% que rejeitam). A participação política é necessária para o exercício da democracia no país para 88% dos entrevistados.

Quando a pesquisa voltou-se a verificar o indivíduo, foram perguntados sobre suas motivações para participar do processo eleitoral e a maioria respondeu que este é o mecanismo que permite mudar a política do país (26%), seguidos daqueles que acreditam que votar é importante para serem participantes políticos (22%). Mesmo que o voto deixasse de ser obrigatório, 72% dos universitários não deixariam de participar do processo eleitoral.

Gráfico 5 – Democracia x Autoritarismo



Legenda: A - Quando há uma situação difícil no Brasil, não importa que o governo passe por cima das leis, do Parlamento e das instituições, desde que resolva os problemas; B - Prefiro a democracia a ter um líder político que tenha todo o poder, sem ser controlado pelas leis; C - Se o país enfrenta dificuldades sérias, o presidente pode deixar de lado o Congresso e os partidos e tomar decisões sozinho; D - O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder; E - Eu daria um cheque em branco a líder político que resolvesse os problemas do país; F - O Brasil seria melhor se existisse apenas um partido político.
Fonte: Dados da Pesquisa.

Fonte: Messemberg (2015).

Os entrevistados foram avaliados, também, quanto à sua percepção de cidadania. Para eles, ser cidadão é possuir e exercer deveres (43%), ter participação política socialmente ativa (16%), respeitar leis (12%).

A descrença no ambiente político se dá devido à nebulosidade do sistema, que percebe desvios e os trata de maneira irrelevante. Os dados coletados na

pesquisa avaliaram a percepção do que é corrupção para os entrevistados: 44% citaram que o uso do cargo público para finalidades pessoais, bem como o desvio dos recursos públicos são problemas pontuais. A vantagem pessoal em detrimento do que é público aparece também nos 23% que optaram por “Desonestidade/Roubar/Levar vantagem” e nos 13% que tratam a corrupção como “Colocar interesses pessoais acima dos interesses coletivos”.

Os jovens não se sentem representados pelo sistema político, mas não são indiferentes a ele. Os entrevistados admitem falar frequentemente sobre política (51%), além de outras disposições como a participação em manifestos escritos (85%) e petições (83%), manifestações e passeatas (66%) e a pré-disposição em aderirem a greves (48%), reuniões comunitárias (67%). Bloqueio de trânsito (35%) ou ocupações em prédios, fábricas, terrenos e escolas (40%) aparecem com menor disposição.

Houve, também, o questionamento em relação às motivações para participarem das jornadas de junho e o que se observou é que 43% tinham “vontade de mudar a realidade brasileira”, seguidos de 25% que se apresentaram indignados com a situação política do país. Dos que tinham motivações para não participarem, demonstraram que havia “falta de clareza quanto aos objetivos do movimento” (41%) e “Medo da violência” (12%).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2013 foi atípico e histórico para o Brasil. Numa referência ao trecho do Hino Nacional que diz “Gigante pela própria natureza”, o bordão inicial “O gigante acordou” foi amplamente utilizado durante as manifestações. O país acordou de um sono de mais de 20 anos sem grandes manifestações e fez pressão nos governantes contra os gastos desmedidos e os abusos de ordem política. Acredita-se que o recado foi passado: o povo sabe que só precisa se unir para ser ouvido e o governo deve saber que agora enfrenta um povo minimamente exigente e vigilante.

Os jovens universitários, protagonistas das mobilizações, embora expressem sua indignação para com a atual conjuntura política, declaram-se confiantes na necessidade de um Congresso Nacional representativo. A insatisfação se dá, portanto, com as fragilidades do sistema político, que permite desvios e gera impunidade. Com isso, a representatividade é falha e não abrange os interesses dos cidadãos, que defendem a eficácia de um regime democrático. Foi visto que, para os universitários entrevistados, o ato de utilizar para benefício próprio algo que deveria ser destinado ao interesse público é no que consiste a corrupção em si. O fato dos representantes não defenderem os interesses comuns e aproveitarem a posição de seus cargos eletivos para fins particulares gerou revoltas em todo o país.

As Jornadas de Junho de 2013 representaram, e ainda representam, a nova forma encontrada pela juventude para se expressar seu descontentamento e reivindicações. A influência das redes sociais serviu para unir de maneira horizontal, muitas vozes sem lideranças e sem hierarquias, os que estavam descontentes com a forma que se estava governando. As atitudes desmedidas do governo para realizar eventos como a Copa do Mundo, sem atender às necessidades básicas e com Propostas de Emendas Constitucionais impopulares contribuíram para as mobilizações.

Como dito, é evidente que as pessoas não se sentem representadas por não se identificarem com o que existe na política brasileira. As Jornadas de Junho talvez possam ter sido o canal de toda essa insatisfação. Isso se relaciona ao fato de que, segundo pesquisas apresentadas neste trabalho, a maioria dos manifestantes ia para as ruas pela primeira vez, seja por curiosidade em participar de um movimento social, seja

por ter realmente a intenção de dar um recado aos governantes de que queriam mudanças e melhorias na sociedade.

Ainda que as mobilizações tenham cessado, fica no ar o sentimento de fortalecimento que os manifestantes encontraram nas Jornadas de Junho de 2013, na nova forma imediata e dinâmica de organização dos movimentos e da juventude como um todo.

Dois problemas ganharam destaque nas manifestações: a cobertura da mídia tradicional, a truculência policial e o envolvimento dos manifestantes com atos de violência. Havia a especulação de que a cobertura da mídia, oral e escrita, atendia a interesses particulares, apresentando as notícias a fim de criar cenários que narrassem histórias completamente enviesadas. Essa mídia, porém, se defrontou, em 2013, com a mídia alternativa na internet, quando os próprios manifestantes produziam o conteúdo que narrava os acontecimentos das ruas e publicava nas redes sociais. Era uma forma diferente e real de contar a história, muitas vezes pelos próprios protagonistas.

Quando se percebeu que os fatos contados pela mídia estavam distorcidos, as vozes das ruas apresentaram uma vitória que foi o recuo do aumento das passagens do transporte coletivo. Além disso, ao contrário do que se apresentava nas televisões e nos jornais inicialmente, as mobilizações, em sua maioria, eram pacíficas porque os manifestantes não usaram da violência. No entanto, a violência policial foi intensa desde o início. Depois de determinado momento, principalmente depois do dia 17 de junho, com a Marcha do Vinagre, a violência de grupos ativistas também se tornou evidente e não foi difícil diferenciar o manifestante pacífico do manifestante extremista.

O Estado colocou um contingente policial amplo nas ruas atingindo diretamente, com cassetetes e balas de borracha, idosos, jornalistas ou qualquer cidadão que estivesse em seu caminho, literalmente. Das pesquisas realizadas e apresentadas neste trabalho, ficou evidente que a maioria dos manifestantes entrevistados não concordava que a violência exercida pelo estado fosse legítima. Do mesmo modo, a maioria desses entrevistados foi contrária à violência exercida por grupos extremistas, como os *Black Blocs*.

Aproveitando o bordão dos manifestantes que diziam em relação às manifestações que “amanhã vai ser maior” pode-se dizer, ao final desta monografia, que apesar das dificuldades na consolidação da democracia em curso, o Brasil continua se mostrando, como promessa pelas suas riquezas naturais e potencialidades, o país do futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Bruna; FAFÁ, Larissa; AMORIM, Suellen. 'Vandalismo' movimentada Twitter. **Estadão**, 13 dez. 2013. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,vandalismo-movimentada-twitter,1107811>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

ARENDT, Hannah. Da violência. In: **Sobre a Violência**. Crises da República. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

AS REDES sociais, a violência policial e a adesão da mídia. **Rev. do Brasil**, n. 85, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/85/as-caras-das-ruas-1543.html>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

CALZOLARI, Isabella. **MP aponta superfaturamento no gramado do estádio de Brasília**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/09/mp-aponta-superfaturamento-no-gramado-do-estadio-de-brasilia.html>>. Acesso em: 17 out. 2015.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro; COLLARES, Ana Cristina Murta. Jovens e polícia nas jornadas de junho de 2013. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17., 2015. **Grupos de trabalhos...** Porto Alegre: UFRGS, 2015.

COLLARES, Ana Cristina Murta. **Grupo Focal**. Brasília: UnB, 2014. Trabalho desenvolvido na disciplina de Técnicas de Pesquisa.

DIP, Andrea. **PL quer punir “terroristas” e grevistas na Copa**. 2013. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/02/pl-quer-punir-terroristas-grevistas-na-copa/>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

DUARTE, Marcelo. Símbolos que não são o que parecem ser. 2013. Disponível em: <<http://guiadoscuriosos.com.br/blog/2013/06/25/simbolos-que-sao-o-contrario-do-que-parecem-ser/>>. Acesso em: nov. 2015.

G1. **Mercado reduz previsão de crescimento do PIB em 2013 e 2014**. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2014/01/mercado-reduz-previsao-de-crescimento-do-pib-em-2013-e-2014.html>>. Acesso em: 17 out. 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

Grupo invade Rampa após tentar subir em cúpulas do Congresso Nacional. 2013. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2013/06/17/interna_brasil,445361/grupo-invade-rampa-apos-tentar-subir-em-cupulas-do-congresso-nacional.shtml>. Acesso em: 01 nov. 2015.

IBOPE. **89% dos manifestantes não se sentem representados por partidos.** 2013. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

JUNHO: O mês que abalou o Brasil. Direção: João Wainer. São Paulo: TV Folha, 2014. Documentário (72 min).

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: _____. **Sociologia do conhecimento.** Porto, Portugal: RÉS-Editora, v. 2, 1951.

MANSO, Bruno Paes; SOLANO, Esther; NOVAES, Willian. **Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática *Black Bloc*.** São Paulo: Geração Editorial, 2014.

MESSEMBERG, Debora. O paradoxo da democracia: a participação política dos alunos da Universidade de Brasília. **Civitas**, v. 15, n. 1, p. e1-e23, abr. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/18937>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

MONTEIRO, Paulo Cezar. Black Bloc: “Fazemos o que os outros não têm coragem de fazer”. **Revista Fórum**, v. 12, n. 125, 20 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/08/black-bloc-fazemos-o-que-os-outros-nao-tem-coragem-de-fazer/>>. Acesso em: nov. 2015.

MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL). **Sobre o movimento.** 2015. Disponível em: <<http://www.mpl.org.br/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

OLIVEIRA, Ribamar; MARCHESINI, Lucas. **Governo abre espaço para política fiscal mais branda.** 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3087868/governo-abre-espaco-para-politica-fiscal-mais-branda>>. Acesso em: 17 out. 2015.

PALÁCIO do Itamaraty é invadido. **Tribuna do Norte**, 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/palacio-do-itamaraty-e-invadido/253588>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

PASSARINHO, Nathalia. **Manifestação em Brasília tem 3 presos e mais de 120 feridos.** 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/manifestacao-em-brasilia-tem-3-presos-e-mais-de-120-feridos.html>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

R7. **Isenta de pagar R\$ 1 bilhão em impostos, Fifa garante lucro recorde na Copa de 2014.** 2013. Disponível em: <<http://esportes.r7.com/futebol/copa-das-confederacoes-2013/isenta-de-pagar-r-1-bilhao-em-impostos-fifa-garante-lucro-recorde-na-copa-de-2014-25062013>>. Acesso em: 22 out. 2015.

RODRIGUES, Leo. **Entenda o que é a PEC 37.** 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/entenda-o-que-e-a-pec-37/>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

SANTOS, Ray. Após ato, black bloc tenta invadir Palácio. **Jornal Dia Dia**, 16 out. 2015. Disponível em: <<http://jornaldiadia.com.br/apos-ato-black-bloc-tenta-invadir-palacio/>>. Acesso em: nov. 2015.

SIGNIFICADOS. Significado de Hashtag. 2015. Disponível em: <www.significados.com.br/hashtag/>. Acesso em: 18 nov. 2015.

TORINELLI, Michele Caroline; SALLAS, Ana Luisa Fayet. *Anonymous* nas manifestações de Junho: uma proposta teórica. SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 5., 2014. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2014. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/files/2014/08/23940_1397699781.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

UOL. Em dia de maior mobilização, protestos levam mais de 1 milhão de pessoas às ruas no Brasil. 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: _____. **Ciência e Política, Duas Vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.